

Formação para Juízes em Empresas e Direitos Humanos

PROGRAMAÇÃO

8 DE SETEMBRO

ABERTURA - 9h às 9h40

AULA 1 - 9h40 às 11h (palestra em espanhol com tradução simultânea para o português)

TEMA: Qual a responsabilidade das empresas em relação aos direitos humanos?

FORMATO: Expositiva

RESPONSÁVEL: Alexia Ghyoot, (ACNUDH, Projeto Ceralc)

OBJETIVO DA AULA: Apresentar o contexto de aprovação dos Princípios Orientadores da ONU Sobre Empresas e Direitos Humanos, sua estrutura e conteúdo, considerando os conceitos e as expectativas acerca das responsabilidades de Proteger, Respeitar e Remediar direitos humanos no âmbito dos negócios.

TÓPICOS DA AULA:

- Princípios Orientadores da ONU Sobre Empresas e Direitos Humanos: histórico, estrutura e conteúdo.
- Os parâmetros Proteger, Respeitar e Remediar como parâmetros para a ação dos Estados e das empresas.
- Parâmetros e limites para identificar o envolvimento das empresas em abusos a direitos humanos.

AULA 2 - 14h às 16h

TEMA: Parâmetros e limites para a responsabilização das empresas em relação a riscos e abusos a direitos humanos decorrentes de suas operações no meio ambiente e população local.

Formação para Juízes em Empresas e Direitos Humanos

FORMATO: *Expositivo-dialogado a partir de casos (Problem Based Learning)*

RESPONSÁVEL: Flávia Scabin

OBJETIVO DA AULA: Compreender e discutir, a partir de casos concretos, precedentes estrangeiros e nacionais voltados à responsabilização de empresas por riscos e abusos a direitos causados no entorno de operações. Alguns casos a serem discutido envolvem o Caso da Boate Kiss, o deslocamento compulsório das comunidades ribeirinhas da região do reservatório da Usina de Belo Monte, a responsabilização pelas empresas em casos de enchentes causadas no Rio Madeira, os impactos causados à população da Bacia do Rio Doce pelo desastre decorrente do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana – MG.

TÓPICOS DA AULA:

- A responsabilização das empresas pelos riscos e abusos a direitos humanos no território de suas operações conforme os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos;
- Conflitos socioambientais associados aos projetos de infraestrutura e mineração e a proteção dos defensores de direitos humanos;
- Parâmetros estabelecidos na jurisprudência nacional a partir de casos envolvendo infraestrutura e mineração.

9 DE SETEMBRO

AULA 3 - 9h às 11h

TEMA: Parâmetros e limites para a responsabilização das empresas em relação a riscos e abusos a direitos em sua cadeia de fornecimento.

FORMATO: *Expositivo-dialogado a partir de casos (Problem Based Learning)*

RESPONSÁVEL: Maria Cláudia Falcão (OIT) e Tamara Brezighello Hojaj (FGV CeDHE)

OBJETIVO DA AULA: Apresentar o conceito de cadeias produtivas e sua relação

Formação para Juízes em Empresas e Direitos Humanos

com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU e, a partir disso, debater precedentes judiciais, nacionais e internacionais, que responsabilizam empresas líderes de cadeias produtivas por abusos aos direitos humanos relacionados à atuação de suas subsidiárias e de seus fornecedores.

• TÓPICOS DA AULA:

- A responsabilização de empresas por abusos de direitos em cadeias de fornecimento conforme os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos;
- Leis e políticas estrangeiras e nacionais sobre o tema;
- Parâmetros estabelecidos na jurisprudência inglesa e holandesa: a evolução do conceito de “duty of care”;
- Parâmetros estabelecidos na jurisprudência nacional a partir de casos de diferentes setores (moda, agronegócio, construção civil e carvão vegetal).

AULA 4 - 14h às 16h

TEMA: Soluções e Ferramentas para casos complexos envolvendo abusos sistemáticos a direitos ou de efeitos continuados no âmbito dos negócios.

FORMATO: Expositivo-dialogado a partir de casos (*Problem Based Learning*)

RESPONSÁVEL: Karina Denari (FGV CeDHE)

OBJETIVO DA AULA: Compreender e discutir, a partir de casos concretos, os principais aspectos práticos para construção de Litígios Estruturais envolvendo Empresas e Direitos Humanos, a partir das discussões sobre o papel do juiz na gestão do processo estrutural, o conceito de “justiça possível” na etapa probatória do caso estrutural, os desafios e as oportunidades decorrentes da visão integrativa do sistema processual brasileiro por meio de boas-práticas e casos concretos.

Formação para Juízes em Empresas e Direitos Humanos

TÓPICOS DA AULA:

- Decisões e Tutelas Estruturais em casos envolvendo Empresas e Direitos Humanos: autocomposição, multipolaridade e as oportunidades e desafios decorrentes do sistema processual brasileiro. O papel do/a juiz/a no Processo Estrutural e o Managerial Judging.
- Operacionalização da Tutela Estrutural: a etapa de instrução probatória e o uso da prova estatística. Limitações ao modelo da Rough Justice ou Justiça Possível.
- Execução e Monitoramento de Sentença: as Entidades de infraestrutura específica (EIE), Claims Resolution Facilities e Fundos de Reparação para efetivação de políticas públicas.